

FATORES QUE IMPACTAM A SAÚDE DE PROFESSORES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

FACTORS THAT IMPACT THE HEALTH OF TEACHERS OF STUDENTS WITH DISABILITIES

FACTORES QUE IMPACTAN LA SALUD DE LOS PROFESORES DE ALUMNOS CON DISCAPACIDADES

Lucimar Graf¹

Hiarlen Carnellósi Carolino Cella²

Ítalo Martins Lôbo³

Eduardo Lobo e Silva⁴

Jannaib Beserra Benvindo Rosado⁵

RESUMO: Este artigo analisa os fatores que impactam a saúde de professores que atuam com alunos com deficiências, considerando os desafios impostos pela educação inclusiva no contexto escolar brasileiro. Parte-se do entendimento de que, embora a inclusão represente um avanço nas políticas educacionais e nos direitos humanos, sua efetivação ainda ocorre em meio a limitações estruturais, formativas e institucionais que sobrecarregam o trabalho docente. O estudo tem como objetivo compreender como a formação insuficiente, a adaptação curricular, a falta de recursos pedagógicos, o apoio especializado restrito e as condições precárias de trabalho interferem no bem-estar físico e mental desses profissionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo, fundamentada em autores que discutem deficiência, formação de professores, inclusão escolar e saúde docente. Os resultados apontam que o professor, ao assumir múltiplas responsabilidades sem suporte adequado, torna-se mais vulnerável ao estresse, ao esgotamento emocional e ao adoecimento. Conclui-se que a efetivação da inclusão depende não apenas do acesso do aluno com deficiência à escola, mas também de políticas públicas que garantam valorização profissional, apoio institucional e condições adequadas de trabalho, favorecendo tanto a saúde docente quanto a qualidade do processo de ensino e aprendizagem no ambiente inclusivo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Saúde Docente. Deficiência.

ABSTRACT: This article analyzes the factors that impact the health of teachers who work with students with disabilities, considering the challenges imposed by inclusive education in the Brazilian school context. It is based on the understanding that, although inclusion represents progress in educational policies and human rights, its implementation still occurs amid structural, educational, and institutional limitations that overload teaching work. The study aims to understand how insufficient training, curriculum adaptation, the lack of pedagogical resources, limited specialized support, and precarious working conditions interfere with the physical and mental well-being of these professionals. This is a qualitative study of a bibliographic and descriptive nature, grounded in authors who discuss disability, teacher education, school inclusion, and teacher health. The results indicate that teachers, when taking on multiple responsibilities without adequate support, become more vulnerable to stress, emotional exhaustion, and illness. It is concluded that the effectiveness of inclusion depends not only on the access of students with disabilities to school, but also on public policies that ensure professional recognition, institutional support, and adequate working conditions, thus promoting both teacher health and the quality of the teaching and learning process in an inclusive environment.

Keywords: Inclusive Education. Teacher Health. Disability.

¹Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

²Doutor em Educação.

³Doutorado em andamento em Psicologia Clínica pela Christian Business School.

⁴Mestrando em Educação.

⁵Mestre em Educação: Tecnologias Emergentes em Educação - MUST University.

RESUMEN: Este artículo analiza los factores que impactan la salud de los docentes que trabajan con alumnos con discapacidades, considerando los desafíos impuestos por la educación inclusiva en el contexto escolar brasileño. Se parte del entendimiento de que, aunque la inclusión representa un avance en las políticas educativas y en los derechos humanos, su implementación todavía ocurre en medio de limitaciones estructurales, formativas e institucionales que sobrecargan el trabajo docente. El estudio tiene como objetivo comprender cómo la formación insuficiente, la adaptación curricular, la falta de recursos pedagógicos, el apoyo especializado limitado y las condiciones precarias de trabajo interfieren en el bienestar físico y mental de estos profesionales. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y descriptivo, fundamentada en autores que discuten la discapacidad, la formación docente, la inclusión escolar y la salud del profesorado. Los resultados señalan que el docente, al asumir múltiples responsabilidades sin el apoyo adecuado, se vuelve más vulnerable al estrés, al agotamiento emocional y al deterioro de la salud. Se concluye que la efectividad de la inclusión depende no solo del acceso del alumno con discapacidad a la escuela, sino también de políticas públicas que garanticen valorización profesional, apoyo institucional y condiciones adecuadas de trabajo, favoreciendo tanto la salud docente como la calidad del proceso de enseñanza y aprendizaje en el entorno inclusivo.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Salud Docente. Discapacidad.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ampliado o debate sobre a presença de alunos com deficiência nas escolas regulares e, ao mesmo tempo, evidenciado os desafios enfrentados pelos professores nesse processo. Embora a inclusão represente um avanço social e educacional, sua efetivação ainda ocorre em meio a limitações estruturais, pedagógicas e institucionais. Nesse contexto, a atuação docente passa a exigir competências que muitas vezes não foram suficientemente desenvolvidas na formação inicial. Como consequência, surgem impactos significativos sobre a saúde física e mental desses profissionais.

Diante dessa realidade, apresenta-se a seguinte situação-problema: de que maneira os desafios presentes na educação inclusiva afetam a saúde dos professores que atuam com alunos com deficiência? A relevância dessa questão está no fato de que o bem-estar docente interfere diretamente na qualidade do ensino e no desenvolvimento dos estudantes. Além disso, a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio especializado e as dificuldades de adaptação pedagógica tornam o exercício da docência ainda mais complexo. Assim, investigar essa temática torna-se necessário para compreender melhor os efeitos da inclusão sobre o cotidiano escolar.

Este estudo tem como objetivo geral analisar os fatores que impactam a saúde de professores de alunos com deficiências. Como objetivos específicos, busca compreender o percurso histórico da pessoa com deficiência e sua inserção no contexto educacional, identificar os limites da formação docente para a educação inclusiva e discutir os principais desafios

enfrentados pelos professores no ambiente escolar. Pretende-se, ainda, refletir sobre como essas dificuldades contribuem para o desgaste físico e emocional do profissional da educação. Dessa forma, a pesquisa articula inclusão, docência e saúde como dimensões inseparáveis.

A justificativa deste trabalho está na necessidade de ampliar as discussões sobre a saúde do professor no contexto da inclusão escolar, considerando que esse profissional é peça central na construção de uma educação mais equitativa. Quando o docente atua sob condições precárias, sem apoio e com excesso de demandas, o processo inclusivo pode se transformar em fonte de adoecimento. Compreender esses fatores é fundamental para pensar políticas públicas, práticas institucionais e estratégias de valorização profissional. Desse modo, o estudo contribui tanto para o campo educacional quanto para a reflexão sobre condições de trabalho docente.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de obras, artigos e produções acadêmicas que discutem a deficiência, a formação de professores, a inclusão escolar e os impactos dessas demandas na saúde docente. A escolha desse método permite aprofundar a compreensão teórica sobre o tema e reunir contribuições relevantes já produzidas na área. Assim, a investigação busca interpretar criticamente os fatores que influenciam o adoecimento e o bem-estar dos professores no contexto inclusivo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Contexto Histórico da Pessoa com Deficiência na História

A forma como a pessoa com deficiência foi vista ao longo da história sempre esteve profundamente ligada aos valores sociais, culturais e políticos de cada período. Na Antiguidade, especialmente em sociedades como Esparta e Roma, a deficiência física costumava ser associada à fraqueza, à incapacidade e à inutilidade social. Segundo Pessotti (2002), o abandono de recém-nascidos com deformidades era justificado pela ideia de preservação da força do grupo, em uma época em que a sobrevivência dependia diretamente da capacidade produtiva e militar da população.

Ao tratar da Antiguidade clássica, Jannuzzi (2004) lembra que pensadores como Aristóteles defendiam que o Estado deveria regular o abandono de crianças com malformações, com o argumento de que essas vidas representariam um peso para a pólis. Nesse contexto, a deficiência era compreendida como uma falha biológica que rompia com o ideal de perfeição física e funcional valorizado naquele período.

Na Idade Média, essa compreensão mudou, mas continuou marcada pela exclusão. A deficiência passou a ser interpretada, muitas vezes, sob uma perspectiva religiosa, ora como castigo divino, ora como manifestação ligada à superstição. Garcia (2024) destaca que a identidade dessas pessoas foi sendo construída a partir da marginalização. Foucault (1978), ao estudar a história da loucura e da anormalidade, mostra que aqueles que fugiam do padrão esperado ocupavam lugares de exclusão tolerada, como mendigos nas proximidades das igrejas ou “bobos da corte”, figuras que podiam circular socialmente, mas sem qualquer reconhecimento de dignidade ou cidadania.

Com o Iluminismo e o avanço da racionalidade científica, a deficiência passou a ser interpretada sob um novo olhar. Conforme Bianchetti (1998), deixou de ser vista apenas como uma questão religiosa ou misteriosa e passou a ser tratada como objeto da medicina. O corpo com deficiência começou a ser entendido como um organismo defeituoso que precisava ser corrigido, curado ou normalizado. É nesse momento que ganha força o processo de medicalização da deficiência, acompanhado pela criação de hospitais, asilos e instituições que afastavam essas pessoas do convívio social.

No século XIX, com a Revolução Industrial, esse processo se intensificou. Mazzotta (2005) afirma que a institucionalização tornou-se a resposta mais comum para aqueles que não se encaixavam no ritmo produtivo das fábricas. Nesse cenário, a pessoa com deficiência era reduzida à sua condição clínica e afastada da vida social. Essa lógica reforça o que Goffman (1988) descreve como o estigma da identidade deteriorada, em que o indivíduo deixa de ser reconhecido em sua singularidade e passa a ser definido apenas por sua limitação.

O século XX foi marcado por extremos. Na primeira metade do período, ideias eugenistas e higienistas influenciaram políticas de exclusão em vários países. Carvalho (2004) aponta que essas teorias fundamentaram ações voltadas à segregação e à esterilização de pessoas consideradas “anormais”, inclusive no Brasil, culminando nas atrocidades promovidas pelo nazismo.

Por outro lado, a partir das décadas de 1970 e 1980, houve uma mudança importante de perspectiva com o fortalecimento dos movimentos de direitos civis. Diniz (2007) explica que, nesse contexto, surgiu o modelo social da deficiência, impulsionado por ativistas principalmente britânicos e norte-americanos. Esse modelo rompe com a visão de que a deficiência é um problema exclusivamente individual ou médico e passa a entendê-la como resultado das barreiras físicas, sociais e atitudinais impostas por uma sociedade capacitista.

No Brasil, esse percurso histórico alcança um marco importante com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, em 2015. Para Mantoan (2015), incluir não significa apenas permitir o acesso à escola ou garantir uma presença física em determinados espaços, mas transformar estruturalmente as instituições para reconhecer a diferença como um direito. Dessa forma, a pessoa com deficiência deixa de ser vista como objeto de caridade e passa a ser reconhecida como sujeito de direitos.

2.2 A Pessoa com Deficiência e a Formação de Professor

A formação de professores no Brasil, por muito tempo, não deu a devida atenção à inclusão escolar. Somente com a consolidação das Diretrizes Curriculares de 2008 é que os cursos de formação passaram a incorporar, de maneira mais explícita, conteúdos relacionados à diversidade. Ainda assim, como ressalta Mantoan (2003), a formação docente não pode se limitar a técnicas ou ao estudo de laudos. Ela precisa promover uma transformação mais profunda na maneira como o professor entende a sala de aula, reconhecendo-a como um espaço naturalmente diverso.

Ao analisar os cursos de licenciatura, Gatti (2010) alerta que ainda existe uma grande distância entre o discurso da inclusão e a prática formativa. Em muitos casos, a Educação Especial aparece de forma secundária, restrita a uma disciplina teórica, isolada e, às vezes, opcional. Isso faz com que muitos futuros professores conheçam a legislação, mas se sintam inseguros diante das demandas reais de uma sala de aula inclusiva.

O estágio supervisionado, que deveria aproximar teoria e prática, nem sempre cumpre esse papel. Pimenta e Lima (2004) observam que, em vez de ser um espaço de aprendizagem crítica, ele frequentemente se transforma em um choque de realidade. Quando o estagiário é inserido em escolas que ainda reproduzem práticas excludentes, acaba absorvendo essas mesmas lógicas, em vez de experimentar alternativas pedagógicas mais inclusivas.

Diante dessas limitações na formação inicial, a formação continuada torna-se fundamental. No entanto, Nóvoa (2017) critica o modo como muitas políticas tratam essa formação: como uma sequência de cursos rápidos, palestras isoladas ou eventos de caráter superficial. Para ele, o desenvolvimento profissional do professor acontece de forma mais significativa no cotidiano da escola, em diálogo com colegas e com os desafios reais da prática.

Outro ponto que merece atenção é o domínio das Tecnologias Assistivas. Bersch (2017) destaca que elas não podem ser vistas apenas como ferramentas técnicas. O professor precisa

compreender como esses recursos podem favorecer a autonomia, a aprendizagem e a participação do estudante com deficiência nas atividades escolares.

Além disso, a formação docente precisa abordar melhor o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Baptista (2011) afirma que o professor da sala regular e o professor do AEE não devem trabalhar de forma separada, como se cada um fosse responsável por partes distintas do processo educativo. A inclusão exige colaboração, planejamento conjunto e responsabilidade compartilhada.

Nesse sentido, a aproximação entre universidades e redes de ensino é essencial. Plaisance (2015) argumenta que a inclusão só avança de forma consistente quando há construção de comunidades de aprendizagem, em que a produção acadêmica e a realidade escolar dialogam de forma efetiva. Não basta que o aluno com deficiência esteja matriculado na escola comum; é preciso garantir que ele participe, aprenda e se desenvolva nesse espaço.

Também é importante considerar a interseccionalidade na formação docente. Estudantes com deficiência que também pertencem a grupos racializados, pobres ou socialmente vulneráveis enfrentam formas acumuladas de exclusão. Por isso, o currículo da formação de professores precisa preparar o educador para perceber essas múltiplas camadas de desigualdade e agir de forma mais sensível e justa diante delas.

2.3 Desafios do Professor em Relação aos Alunos com Deficiência

Entre os muitos desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva, um dos mais evidentes está nas condições concretas de trabalho. Tardif (2002) afirma que os saberes docentes são atravessados pelas condições materiais e pelo tempo disponível para o exercício da profissão. Em turmas superlotadas, com trinta ou quarenta alunos, torna-se extremamente difícil oferecer o acompanhamento individualizado de que alguns estudantes com deficiência necessitam. Isso gera frustração, desgaste e sensação de impotência no professor.

Essa realidade também afeta o planejamento pedagógico. Mantoan (2015) argumenta que a resistência de muitos docentes à inclusão nem sempre nasce de preconceito ou má vontade, mas do medo e da sensação de abandono institucional. O professor se vê sozinho, pressionado por metas, resultados e cobranças, sem receber o apoio necessário para lidar com a complexidade de uma turma diversa.

Outro desafio importante é a adaptação curricular. Mittler (2003) observa que muitos professores acabam oscilando entre dois extremos: ou simplificam demais os conteúdos, a ponto de limitar o acesso do aluno ao conhecimento, ou mantêm propostas excessivamente abstratas

e distantes de suas possibilidades reais de participação. Encontrar um equilíbrio entre acessibilidade e exigência pedagógica requer tempo, planejamento e reflexão — elementos nem sempre garantidos na rotina escolar.

A falta de materiais acessíveis e de recursos pedagógicos adequados amplia ainda mais essa sobrecarga. Lévy (1999) chama atenção para o potencial emancipador da tecnologia, mas a realidade de muitas escolas revela carência de equipamentos, materiais adaptados e suporte técnico. Skliar (2003) observa que, diante dessa precariedade, muitos professores acabam improvisando soluções com recursos próprios, o que reforça a ideia equivocada de que a inclusão depende do esforço individual e heroico do docente, e não de políticas públicas consistentes.

A relação com as famílias também pode representar um desafio delicado. Dessen e Polonia (2007) apontam que os professores frequentemente precisam lidar com expectativas, medos, angústias e até processos de negação vividos pelos responsáveis. Em muitos casos, o docente acaba assumindo funções que extrapolam o seu papel pedagógico, atuando como mediador emocional, conselheiro ou apoio social.

A avaliação da aprendizagem é outro ponto crítico. Hoffmann (2014) destaca que, embora o discurso educacional valorize uma avaliação mediadora e formativa, a prática escolar ainda está fortemente condicionada por metas, índices e avaliações padronizadas. Assim, o professor vive um conflito permanente entre respeitar o ritmo e as necessidades do estudante com deficiência e atender às exigências burocráticas e institucionais.

Além disso, há as barreiras atitudinais, que nem sempre aparecem de forma explícita. Amaral (1998) lembra que o preconceito pode se manifestar de maneira sutil, por meio da descrença, da superproteção ou da pena. Nesse contexto, o professor comprometido com a inclusão muitas vezes precisa enfrentar não apenas as dificuldades pedagógicas, mas também o capacitismo presente entre colegas, gestores e na própria cultura escolar.

Por fim, o trabalho articulado com equipes multiprofissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, nem sempre acontece como deveria. A falta de tempo para reuniões, de organização institucional e de integração entre os profissionais acaba deixando o professor isolado diante de situações complexas, especialmente quando surgem crises emocionais ou comportamentais em sala de aula.

2.4 Fatores Impactantes na Saúde do Professor

A saúde do professor é profundamente afetada pelas condições em que a inclusão escolar vem sendo implementada. Um dos fatores mais evidentes é o estresse crônico provocado pela

sobrecarga de trabalho. Oliveira (2004) chama esse processo de intensificação do trabalho docente. O professor, além de ensinar, precisa preencher relatórios, elaborar adaptações, participar de reuniões e responder a múltiplas demandas burocráticas, muitas vezes levando trabalho para casa e prolongando a jornada para além do horário escolar.

Esse cenário favorece o esgotamento físico e emocional. Carlotto (2011) observa que professores que atuam na educação especial e inclusiva apresentam altos índices de Síndrome de Burnout, marcada por exaustão emocional, sentimento de baixa realização profissional e despersonalização. Em outras palavras, o professor pode chegar a um ponto em que já não consegue se envolver afetivamente com o trabalho da mesma forma, passando a agir com distanciamento como mecanismo de defesa.

Outro aspecto preocupante é a violência no ambiente escolar. Abramovay (2002) destaca que a violência não se resume a agressões físicas, mas inclui também formas simbólicas de tensão e desgaste. Professores que trabalham com alunos em intenso sofrimento psíquico, com desregulação emocional ou transtornos severos podem enfrentar episódios de crise que provocam medo, ansiedade e insegurança. Em situações prolongadas, isso pode até desencadear quadros mais graves de adoecimento psíquico.

A ausência de políticas efetivas de saúde ocupacional agrava ainda mais essa realidade. Sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, Dejours (1992) mostra que o sofrimento no ambiente profissional tende a ser naturalizado quando não há espaços de escuta e cuidado. No cotidiano escolar, isso aparece em dores físicas, desgaste corporal, lesões por esforço e sofrimento emocional, muitas vezes silenciados ou tratados como parte “normal” da profissão.

Garcia (2024) chama atenção para o fato de que a saúde mental do professor ainda ocupa lugar secundário nas prioridades institucionais e orçamentárias. Como consequência, aumentam os índices de afastamento, licenças médicas e absenteísmo. Quando isso acontece, não apenas o professor sofre: o aluno com deficiência também perde, já que muitas vezes o vínculo construído com aquele educador é interrompido, comprometendo a continuidade do trabalho pedagógico.

Os impactos não ficam restritos ao ambiente escolar. Codo (1999) afirma que a docência é uma profissão atravessada pela afetividade. Quando o professor precisa sustentar sozinho tantas demandas, ele chega em casa esgotado, sem energia para a vida familiar, o descanso ou o convívio social. Isso pode levar ao isolamento, à tristeza persistente e ao enfraquecimento das relações pessoais.

Nesse sentido, Esteve (1999) define o mal-estar docente como uma experiência de solidão profissional. O professor é frequentemente cobrado para resolver problemas complexos, como se pudesse, sozinho, garantir a inclusão e transformar toda a realidade escolar. No entanto, na prática, muitas vezes não conta com equipes de apoio, tempo remunerado para planejamento coletivo ou acompanhamento psicológico.

Por isso, Jesus (2007) alerta que não se pode usar a ideia de “resiliência” para responsabilizar individualmente o professor pelo próprio sofrimento. Cuidar do bem-estar docente na educação inclusiva exige mudanças estruturais reais: redução do número de alunos por turma, melhores salários, apoio especializado suficiente, infraestrutura adequada e políticas públicas capazes de transformar a inclusão em uma experiência pedagógica viável e humana, e não em um processo de adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a inclusão escolar, embora represente um avanço importante no campo educacional e social, ainda impõe inúmeros desafios aos professores que atuam com alunos com deficiência. Esses desafios envolvem não apenas questões pedagógicas, mas também aspectos estruturais, emocionais e institucionais. Desse modo, a prática docente no contexto inclusivo exige mais do que boa vontade: requer suporte efetivo e condições adequadas de trabalho. Nessa perspectiva, a saúde do professor precisa ser reconhecida como elemento central para a qualidade da educação inclusiva.

Verificou-se que a formação inicial e continuada dos docentes ainda apresenta fragilidades no que se refere à preparação para lidar com a diversidade presente na sala de aula. Muitas vezes, o professor ingressa no ambiente escolar sem o suporte teórico e prático necessário para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência. Em razão disso, essa insuficiência formativa contribui para sentimentos de insegurança, sobrecarga e frustração profissional. Consequentemente, aumentam as chances de desgaste físico e emocional no exercício da docência.

Igualmente, os desafios cotidianos da educação inclusiva, como adaptação curricular, ausência de recursos pedagógicos, falta de apoio especializado e turmas numerosas, tornam o trabalho docente ainda mais complexo. O professor, ao assumir múltiplas responsabilidades sem respaldo institucional suficiente, acaba exposto a situações frequentes de estresse e esgotamento. Como resultado, esse cenário compromete não apenas sua saúde mental e física,

mas também a continuidade e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, discutir inclusão sem considerar o bem-estar docente significa tratar o problema de forma incompleta.

Sob essa ótica, conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende de uma mudança estrutural mais ampla, que ultrapasse o simples acesso do aluno com deficiência à escola regular. É necessário investir na valorização do professor, em políticas públicas consistentes, em formação de qualidade, em equipes multiprofissionais e em melhores condições de trabalho. Além disso, a inclusão precisa ser compreendida como uma responsabilidade coletiva da instituição escolar e do sistema educacional. Somente dessa maneira será possível construir um ambiente mais justo, acessível e humanizado para todos os envolvidos.

Em síntese, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a relação entre educação inclusiva e saúde docente, evidenciando a urgência de ações concretas voltadas ao cuidado com esses profissionais. O professor é peça fundamental na construção de práticas inclusivas e no fortalecimento do direito à educação. Entretanto, para que ele exerça esse papel de forma plena, é indispensável que também seja acolhido, valorizado e cuidado. Assim, promover a saúde docente é, igualmente, promover uma inclusão escolar.

REFÊRENCIAS

10

ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Escola e Violência: compreendendo a realidade**. Brasília: UNESCO, 2002.

AMARAL, L. A. **Teatro da Consciência: atores e papéis na dinâmica do preconceito**. São Paulo: Hucitec, 1998.

BAPTISTA, C. R. (Org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas conceituais e desafios políticos**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017.

BIANCHETTI, L. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados**. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 1, 2011.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Oboré, 1992.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, v. 17, n. 36, 2007.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GARCIA, A. L. **Percepções e identidades das pessoas com deficiência na história das sociedades humanas**. Revista Futura, v. 1, n. 1, 2024.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

JANNUZZI, G. M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

JESUS, S. N. **O bem-estar dos professores: estratégias para realização e desenvolvimento profissional**. Porto: Asa, 2007.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **A inclusão escolar que temos e a que queremos**. Revista Educação Especial, 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NÓVOA, A. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 166, 2017.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação & Sociedade, v. 25, n. 89, 2004.

PESSOTTI, I. **Descarte de recém-nascidos com deformidades**: relendo fontes primárias. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n. 2, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PLAISANCE, E. **Da educação especial à educação inclusiva**: esclarecimentos conceituais. *Revista Educação Especial*, v. 28, n. 52, 2015.

SKLIAR, C. **A inclusão que é "nossa" e a diferença que é "deles"**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.